

Belo Horizonte, 27 de abril de 2005

À Direção da Compós

Nós professores mestres e doutores mineiros que temos por objeto de interesse e estudo o sub-campo da Comunicação das organizações, nas suas diversas práticas (Relações Públicas, Assessoria de Comunicação, Marketing, etc) e interfaces (Gestão de Pessoas, Sistemas de Informação, Psicologia do Trabalho, etc) gostaríamos de manifestar a nossa surpresa e incômodo com o documento elaborado pela comissão constituída pelos professores André Lemos, Arlindo Machado e Fernão Ramos para subsidiar a tomada de posição da Compós em relação a decisão do CNPQ de atualização da categorização do campo da comunicação em sub-áreas de conhecimento.

Tal surpresa e incômodo decorrem do fato de que, ao produzir seu relatório de três páginas e pouco, essa comissão achou por bem excluir do campo da comunicação o sub-campo onde atuamos como profissionais e acadêmicos de comunicação -o do estudo da comunicação das organizações.

Tal como o conjunto dos acadêmicos do campo da comunicação e o próprio CNPQ, acreditamos que a atual tabela vigente é imprecisa, até certo ponto confusa e não corresponde à realidade da área de comunicação.

Concordamos com o reconhecimento feito pela comissão constituída pelos professores Maria Immacolata Vassalo Lopes, José Luiz Braga e Etienne Samain, que produziu a primeira proposta de re-configuração da área de Comunicação Social, de que “configurou-se, desde os inícios da constituição do Campo da Comunicação, com uma certa centralidade, o estudo dos meios –que aparecem como o seu componente, no espaço social, de maior visibilidade”.

Mas discordamos de que tal conclusão possa ter levado os nossos colegas da segunda comissão a caracterizar a área como tendo como seu objeto exclusivo o estudo das mídias, excluindo do campo todos os seus objetos que não sejam naturalmente midiáticos, como é o caso dos estudos sobre a comunicação das organizações e à exceção do que é caracterizado por eles como “Teoria, Epistemologia e História da Comunicação”.

Gostaríamos de, na oportunidade, lembrar aos nossos colegas da segunda comissão que o mercado há muito já nos caracteriza e legitima como profissionais de comunicação: é nessa condição e para o exercício dessa competência que somos contratados para atuar no preenchimento de cargos de professores, assessores, gerentes e diretores de Comunicação, de Relações Públicas, de Gestão de Pessoas, de Marketing seja em empresas, instituições públicas, universidades ou em organizações do Terceiro Setor.

Já há algum tempo temos convivido com a falta de espaço, no âmbito da Compós, para apresentação dos nossos estudos e pesquisas, apesar de programas de pós-graduação tradicionais, de grande porte, como o da USP ou o da Metodista possuírem mais do que indivíduos isolados, mas grupos de

acadêmicos que são estudiosos da comunicação das organizações. Mas isso talvez deva-se ao fato de, em sendo talvez, no conjunto da área de comunicação, o grupo que tem menor número de acadêmicos, nossa voz tenha ou soado com menos força em relação à dos nossos colegas estudiosos das mídias, ou sequer tenha sido ouvida.

Mas nesse momento em que a associação que responde institucionalmente pela representação dos programas produtores de conhecimento acadêmico do campo da comunicação no país vai se posicionar oficialmente sobre a reconfiguração da área e que há um documento que nos exclui da categorização de objeto comunicacional, precisamos nos fazer ouvir .

É por isso que vimos a público lembrar a Compós da sua responsabilidade de representação e comprometimento para com todos os segmentos que compõem a área de comunicação e, não menos importante, do reconhecimento da nossa existência, feito já feito no âmbito da instituição, através do documento da primeira comissão que tomou “como ponto de partida (para elaboração de sua proposta) as linhas de pesquisa que compõem atualmente a ordenação dos estudos nos programas de pós-graduação da área”.

Nesse contexto, queremos nos posicionar contra a proposta apresentada pelo documento da Comissão Dois que, sem fazer maiores estudos e assumindo a posição mais cômoda de manter, para a área, um critério que é padrão no restante da tabela, se dá ao direito de nos excluir do campo de conhecimento.

Talvez valesse a pena lembrar a Comissão Dois de que se o critério existente não tivesse os seus problemas, talvez o CNPQ não tivesse solicitado às áreas de conhecimento que procedessem a uma avaliação dela e apresentassem novas alternativas.

Concordamos com o argumento de que a proposta apresentada pela Comissão Um é inovadora e que talvez ainda não tenha sido bem discutida, mas qual é o medo de discutir o novo? Por que não promover de fato e consistentemente essa discussão?

A Comissão Um fez um trabalho consistente, baseado no real e, com a sua proposta, consegue produzir algo muito intessente: um desenho de reconfiguração da área que descola o campo de uma amarração historicamente dada pela institucionalização das práticas profissionais no mercado.

Essa institucionalização, ao ser delimitada por competências técnicas, impede uma abordagem mais holística dos objetos comunicacionais. Essa possibilidade é re-instituída pela proposta da Comissão Um que permite a precisa localização, na tabela do CNPQ reconfigurada para a área, por exemplo, de um projeto de pesquisa em publijornalismo, que é o nome hoje dado às práticas de comunicação que mesclam objetivos publicitários com técnica jornalística.

Ao instarmos a Compós a não adotar como posição da entidade frente ao CNPQ a proposta da Comissão Dois e a instituir fóruns para a discussão da proposta da Comissão Um e da Comissão Dois, aproveitamos a oportunidade para reivindicarmos da Compós espaço específico para apresentação da produção da área nos eventos da entidade.

Caso a decisão da Compós em relação às propostas de reconfiguração da área seja de referendar o trabalho da Comissão Dois, que seja incluída a área da Comunicação das Organizações.

À disposição para o debate, somos, atenciosamente,

Alice Arcebispo- Faculdades Integradas Newton Paiva; FACISA
Ana Luisa de Almeida Castro- PUC/MG
Dânia de Paula- UNIBH
Dulcemar Jacqueline da Costa- Fundação João Pinheiro/Escola do Legislativo; PUC/MG
Gilmar José dos Santos - UFMG
Ivone de Lourdes Oliveira- PUC/MG
Márcio Simeone Henriques- UFMG
Maria do Carmo Reis- UFMG
Raquel Carvalho- UNI/BH
Sheila.Lima- UNI/BH
Valéria Raimundo- UNI/BH; PUC/MG
Wilma.Vilaça- UNA/UNI/BH